

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

1 Ata da **595^a** Reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação de Sorocaba
2 (CMESO), realizada em 14 de setembro de dois mil e vinte e um, a partir da ferramenta
3 virtual Google Meet, link <https://meet.google.com/uxu-tdoo-znw>. A reunião iniciou-se
4 às 9h16 horas, sob a Presidência do Prof. Dr. Alexandre da Silva Simões, que abriu
5 os trabalhos agradecendo a participação de todas e todos. **I. EXPEDIENTE. 1.**
6 Verificação das presenças. Confirmado o quórum, dos(as) Conselheiros(as)
7 Titulares: Adriana Santos Pinto, Alexandre da Silva Simões, Ana Paula Souza
8 Brito, Andrea Picanço Souza Tichy, Angélica Lacerda Cardoso, Aparecida
9 Ferreira da Silva Gutierrez, Denilson de Camargo Mirim, Elaine Cristina Nochelli
10 Braz, Joyce de Oliveira Campos, Marinês Christofani, Miriam Cecília Facci,
11 Rosângela Quequeto de Andrade Almeida; Marina Benitez Flório Fagundes, Pedro
12 Luis Rodrigues, Petula Ramanauskas Santorum e Silva. O link de acesso foi tornado
13 público juntamente com a pauta da reunião, disponibilizada aos membros do
14 colegiado, no site do CMESO (www.cmeso.org) e compartilhado em grupos e redes
15 sociais. A reunião foi transmitida ao vivo através do canal do CMESO no Youtube
16 <https://www.youtube.com/cmeso> com chamada pelo facebook
17 (www.facebook.com/cmesorocaba) **2. Aprovação de atas.** A ata da reunião
18 594 foi aprovada com um apontamento de correção para a linha 69 na palavra
19 deficiente. A ata foi aprovada por unanimidade **3. Palavra da Presidência.** A
20 Reunião iniciou-se com a palavra do Presidente Alexandre da Silva Simões, o
21 qual comunicou a expedição de alguns ofícios sendo ofício 43/2021 encaminhado ao
22 ministério público e conselho tutelar a denúncia de creche clandestina; ofício 44/2021
23 encaminhado a UNCME, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação;
24 ofício 45/2021 que solicitou ao secretário de Educação a publicação das
25 composições das camaras de educação no jornal do município; ofício 46/2021
26 encaminhado ao secretário da educação com as listas de conselheiros do CMESO
27 para participação no plano municipal de educação ofício 47/2021 encaminhado ao
28 secretário da educação com as indicações do CMESO para participação no comite
29 intersetorial ofício 48/2021 encaminhado ao secretário da educação requisitou cópias
30 dos processos administrativos referentes as questões de empreendedorismo e

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

31 robótica, que consta como documento anexo a pauta e foi lido pelo presidente
32 Alexandre. O presidente Alexandre relatou sobre algumas comunicações recebidas
33 como o parecer recebido via ofício 125/2021 UNCME referente à lei do
34 *homeschooling* proposta e aprovada em Sorocaba. O presidente do conselho
35 também relatou a comunicação da promotora da infância e juventude, Cristina Palma,
36 sobre a denuncia da creche clandestina e assim também fez a leitura do documento,
37 que em resumo apontou que as crianças não estavam correndo riscos diretos, a
38 responsável foi advertida quanto a autuação de creche clandestina e declarou de
39 próprio punho afirmando ser babá das crianças. O caso foi encaminhado à
40 vigilância sanitária e para secretaria de educação de Sorocaba. Outra comunicação
41 do ministério público, promotora Cristina Palma sobre denuncia de ausencia de
42 interprete de libras. Após dicorrer sobre o processo o presidente relata a solicitação
43 da promotora ao CMESO sobre os alunos portadores de deficiência auditiva, isto é,
44 sobre a equalização da questão para que o ministério público possa decidir sobre o
45 arquivamento, a continuidade do inquérito ou a instauração de ação civil pública. O
46 presidente Alexandre solicita aos representantes da rede municipal que o posicionem
47 sobre a regularização ou não dos casos para que este possa responder a pomotora.
48 O presidente ainda informa que o ministério público acolheu a solicitação do CMESO
49 para a não implantação do *homescholling* tendo em vista a inconstitucionalidade da
50 proposta. O presidente ainda informou que encontra-se aberto o edital GR4 da
51 editora Unicamp para doação de livros da editora para bibliotecas públicas de
52 escolas, Universidades e correlatos. O presidente Informa ainda a tentativa de
53 localizar as informações referentes a constituição do fórum permanente municipal de
54 educação de Sorocaba e solicita mais alguns dias para conseguir as informações. O
55 presidente informa ainda da sua participação junto a outros conselhos municipais,
56 de reunião junto ao vereador João Donizete Silvestre, para tratar do projeto de lei de
57 autoria do vereador Dilan Dantas que tramita na câmara e visa restrigir a atuação dos
58 conselhos municipais na cidade. A reunião foi agendada para 16/09 com o prefeito
59 para tratar do assunto. O presidente Alexandre ainda informa a atualização da página
60 da CMESO com os pareceres 01/2021, 02/2021, 03/2021,04/2021 e 05/2021,
61 estando faltando o parecer 06/2021. A palavra foi passada à Vice-presidente a qual

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

62 absteve-se. A palavra é aberta aos conselheiros. A Conselheira Aparecida retomou
63 a questão da comissão organizadora do Fórum. Comentou não ter achado os
64 documentos do Fórum e passou a incumbência à presidência e vice presidência que
65 se comprometeram a dar continuidade à busca dos documentos. Em relação as
66 interpretações de libras o presidente Alexandre solicita novamente aos representantes
67 da rede municipal que o posicionem sobre a regularização ou não dos casos para
68 que este possa responder à promotora. A conselheira Aparecida relata não haver
69 pendências de atendimento, mas afirmou que irá confirmar esta situação. O
70 presidente Alexandre abre a palavra a comunidade. Não houveram manifestações se
71 seguiu a reunião avançando para a ordem do dia Item 1 da Pauta: **1. Discussão e**
72 **encaminhamentos referentes à ação agendada e realizada pelo poder público de**
73 **troca de livros paradidáticos com conteúdos inapropriados mediante**
74 **classificação da comissão permanente de análise de títulos paradidáticos.** Para
75 iniciar a discussão o presidente Alexandre fez uma explanação sobre o tema,
76 apresentando algumas postagens da prefeitura, uma live do prefeito de Sorocaba
77 defendendo a troca dos títulos por estes terem conteúdo inapropriado, além de uma
78 reportagem veiculada na TV Tem. O presidente Alexandre informa ainda que o
79 colegiado havia se posicionado contrário à aquisição dos livros, porém, por conta do
80 quantitativo excessivo da aquisição, sem que nenhuma análise dos conteúdos
81 tivesse sido feita pelo conselho. Também faz menção a Comissão de livros
82 paradidáticos criada para a análise pela portaria SEDU-GS 02 de 18 de fevereiro de
83 2021, sendo atribuições da comissão contribuir com a SEDU nos processos de
84 aquisição e encaminhamento de livros paradidáticos as unidades escolares, além de
85 emitir parecer técnico da análise de livros paradidáticos quando solicitada, além de
86 estar incumbida de propor projetos para subsidiar a SEDU nas decisões pedagógicas
87 de encaminhamento dos livros. A portaria SEDU-GS 19 de 14 de março de 2021
88 instituiu os membros da comissão, listados pelo presidente, e também cita as
89 representantes do CMESO na comissão, sendo a Profa. Miriam e Profa. Andrea as
90 representantes do CMESO, sendo que a Profa. Miriam, a pedido, foi substituída pela
91 Profa. Giane. O presidente Alexandre cita ainda um último documento que é o relatório
92 expedido pela comissão que tem uma classificação dos livros em 5 extratos

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

93 diferentes, sendo; LS= livros satisfatórios; LSM= livros satisfatórios que necessitam
94 de mediação e intervenção do educador; LA= livros para público adulto; LI= livros
95 inadequados; NE= livros não encontrados. A comissão traz uma listagem a seguir,
96 onde tem um grande número de livros, com o extrato, indicado pela comissão de
97 cada um deles. Observa-se que existem vários livros considerados inapropriados e
98 vários não existentes, sendo uma extensa lista. O livro em questão, alvo da maior
99 polemica é um dos livros considerados inapropriados à luz da comissão. O relatório
100 é assinado pela presidente da comissão de análise permanente de livros
101 paradidáticos, profa. Vanessa Negrão. O presidente Alexandre abre a palavra
102 inicialmente às representantes do CMESO na comissão. A Profa. Andrea relata que
103 os livros foram divididos entre os membros da comissão e ao longo da análise alguns
104 membros saíram da comissão e o volume acabou aumentando ainda mais para os
105 membros que permaneceram na comissão. Relata ainda que eram 1.097 títulos a
106 serem analisados. A profa. Andrea relata que dos 30 títulos que analisou ficou em
107 dúvida de apenas dois e que quando isso ocorria os títulos eram encaminhados para
108 outros colegas lerem e preencherem a ficha de avaliação, que classificava conforme
109 as siglas citadas anteriormente e os critérios foram embasados na legislação vigente,
110 baseado em material trazido pela supervisora Sara no início dos trabalhos. A
111 professora Andrea ressalta ainda que não classificou nenhum livro como
112 inapropriado, mas sim sinalizando se o livro estava de acordo com o currículo da
113 SEDU e se ele poderia ser usado com ou sem a intervenção do professor. Após isso
114 o relatório foi encaminhado a corregedoria que teve uma ação independente da
115 comissão, não havendo recomendação de devolução por parte da comissão. A
116 professora Giane Sales relata o seu início de atividades na comissão no dia 4 de
117 maio de 2021 e justifica sua indicação por parte do CMESO em função de sua
118 formação na área de literatura e que já havia tentado participar da comissão como
119 representante docente, porém não obteve votação pelos pares para poder participar.
120 A profa. Giane corrobora com a professora Andrea nas informações anteriores e
121 acrescenta a grande diversidade dos títulos e em consequência a grande diversidade
122 de projetos para a utilização destes livros. Relata ainda que nas reuniões o termo
123 inadquado não aparecia mas o termo insatisfatório sim e não havia um

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

124 encaminhamento claro de como seria esses títulos insatisfatórios. A profa. Giane
125 também relata não ter tido acesso à pasta do drive que continha as avaliações
126 mesmo tendo solicitado o acesso e sua preocupação durante a participação em
127 entender o processo. Relata ainda que solicitou uma reunião final antes da assinatura
128 do documento não sendo atendida, acrescentando que em relação ao livro que foi
129 trocado não leu e não participou de nenhuma discussão sobre o livro; e ainda nas
130 reuniões alertou com cuidado com a censura nas análises. A professora Rosana,
131 membro da comissão relatou a importancia de três aspectos; com relação da compra
132 dos livros; da formação da comissão e a mais recente politização em relação a estes
133 livros, ressaltando também sobre a abordagem sobre a educação nas relações
134 étnico-raciais trazida pelos livros que não seriam adequados e trariam imagens ou
135 textos que não corresponderiam aquilo que determina a legislação e que respeitem
136 a diversidade e que tratem de forma respeitosa a população negra e também livros
137 que não passaram por nenhuma consulta anterior a sua aquisição por essa
138 comissão que teria essa tarefa. Relata ainda que mesmo solicitando no final de 2020
139 o acesso aos títulos esse não foi dado, visto que não tinham a abordagem adequada
140 à educação das relações étnico-raciais. Em 2021 também foi solicitado o acesso à
141 literatura e novamente negado o acesso, sob alegação que a SEDU estaria se
142 organizando para fazer a análise da totalidade destes materiais. A professora Rosana
143 e a professora Joana D'ark foram indicadas pelo conselho municipal de participação
144 e desenvolvimento da comunidade negra, porém não participou das reuniões iniciais,
145 ocasião que se formaram os critérios de avaliação, mas posteriormente receberam
146 os 30 livros para avaliação. Havia a intenção de fazer uma abordagem coletiva dos
147 títulos. Porém na retirada dos livros um termo de confidencialidade deveria ser
148 assinado o que impediria a análise coletiva dos mesmos. Assim, foi solicitado ao
149 secretário o acesso a toda comissão dos livros o que foi negado. Com essa decisão
150 a profa Rosana e profa. Joana saíram da comissão. A partir desta decisão o
151 secretário permitiu o compartilhamento dos livros, porém a profa. Rosana não mais
152 participou dos trabalhos, mas a comissão de relações étnico-raciais manteve a
153 participação para trazer as contribuições aos professores professoras orientadores
154 na análise dos livros, tendo em vista a implementação das relações raciais. Relata

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

155 ainda a preocupação do que seria feito com os livros que fossem considerados
156 inadequados, por exemplo, sugerindo que estes livros ficassem disponíveis aos
157 professores para serem utilizados em processos formativos e não descartados ou
158 devolvidos, uma vez que foram adquiridos com dinheiro público. A conselheira
159 Aparecida, questiona profa Giane a questão do acesso, e pergunta se as pessoas
160 foram proibidas de ver outros livros. A profa. Giane responde que não teve acesso
161 ao drive, mas sim aos 30 livros de sua cota, porém não houve o debate sobre os
162 livros considerados inadequados o que era uma possibilidade. A conselheira
163 Aparecida reforça que a limitação ao acesso aos títulos estava relacionada ao tempo
164 e não a uma proibição. O conselheiro Pedro coloca que quando um livro é
165 considerado inadequado, ele deve passar por um debate. Um crivo e apenas a ficha
166 de avaliação é insuficiente. Cita o caso do livro que foi trocado questionando se o
167 livro foi avaliado por especialistas. Um segundo ponto colocado pelo conselheiro é
168 que os livros inadequados serão trocados pelo livro “O pequeno príncipe”, uma vez
169 que este livro não é um livro voltado para crianças e ainda questiona quem fez esta
170 indicação. A conselheira Ana Paula traz um relato de uma colega, Claudia Fernanda
171 Fioravante Moreira, que não pode participar da reunião e relata ser representante
172 docente de pré escolas participou das reuniões iniciais nas quais foram definidas as
173 metodologias de trabalho, quantidade de livros e critérios para a análise dos livros.
174 Relata ainda que em outra reunião foi levantado quantos títulos havíamos lido e quais
175 livros sugeriam os que necessitavam de outra análise ou uma segunda opinião após
176 a análise preenchia-se uma ficha avaliativa individual. Em outra reunião foi informada
177 da ampliação do prazo para a entrega das análises. Após as leituras foi produzido
178 um relatório final e disponibilizado no grupo de mensagens whatsapp. Não coube à
179 comissão quais ações seriam realizadas com os livros. A conselheira Ana Paula
180 questiona ainda se são 40 títulos colocados como inadequados, qual a razão e os
181 critérios de apenas 1 ser apontado para a troca? Coloca ainda o questionamento do
182 processo decisório de fechamento do relatório final da comissão e aponta que diante
183 da autonomia das unidades escolares ela tem condições de analisar os materiais e
184 desenvolver os trabalhos pedagógicos de acordo com suas realidades e seus
185 princípios éticos. O presidente Alexandre pergunta sobre os critérios de distribuição

186 dos livros e foi respondido pela conselheira Andrea, que haviam 18 lotes e a
187 distribuição foi aleatória. A conselheira Aparecida ressalta o bom trabalho da
188 comissão que teve como fator desfavorável o tempo e aponta que agora a SEDU
189 deve colocar seus esforços na distribuição dos livros. Também aponta que a decisão
190 de troca foi do prefeito e corregedoria, com o secretário de educação acolhendo a
191 decisão do prefeito. Aponta ainda que é um processo de início de troca que não
192 ocorrerá apenas com este livro, com os próximos os de conotação racista. A
193 conselheira Miriam aponta para o grande trabalho da comissão, porém aponta para
194 a falta de autonomia no seu fechamento, uma vez que a comissão era a mais indicada
195 a concluir o relatório. A conselheira Giane reforça a necessidade de finalização do
196 trabalho por parte da comissão, uma vez que este foi um primeiro trabalho de uma
197 comissão permanente, principalmente para os livros considerados insatisfatórios ou
198 inadequados e poder dar o parecer neste sentido. Aponta também a responsabilização
199 da comissão pelo resultado divulgado reforçando ainda mais a necessidade de
200 concluir o trabalho dentro da comissão. A conselheira Elaine Nochelli relata que como
201 supervisora foi convidada a participar e leu 50 livros e dentre eles alguns com
202 conteúdo racista e aponta que estes deveriam incomodar mais do o livro trocado. A
203 conselheira Valéria Ferrete exalta o trabalho da comissão e lamenta que depois de
204 todo este trabalho a decisão foi mais política do que educacional. Não havendo mais
205 inscritos o presidente Alexandre fez uma síntese, algumas e discussões foram
206 realizadas. A conselheira Angélica aponta a importância da orientação sexual nas
207 escolas como política de enfrentamento a violência sexual. Ao final se encaminhou a
208 retirada de todos os itens da pauta e a realização de uma reunião extraordinária para
209 tratar do tema, em regime de votação a retirada de pauta foi aprovada por
210 unanimidade. **2 ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a ser tratado nessa data, o
211 Sr. Presidente Alexandre da Silva Simões encerrou a reunião às 11h53. Nada mais
212 havendo a relatar, eu, Denilson de Camargo Mirim, lavrei a presente ata que, após
213 lida e aprovada, seguirá assinada por mim e pelos demais presentes. Sorocaba, 14
214 de setembro de 2021. _____

215 _____



PREFEITURA DE SOROCABA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

- 216 _____
- 217 _____
- 218 _____
- 219 _____
- 220 _____
- 221 _____
- 222 _____